

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.889 - RJ (2019/0300843-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : J DA S (PRESO)**  
**ADVOGADO : JULIANO VALENTE MACHADO - RJ167119**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por J. DA S. contra o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fls. 45-46):

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRENCIA. O decreto da prisão preventiva está devidamente fundamentado, uma vez que há prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, tendo sido a medida determinada para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal. Ressalte-se que a segregação é realmente cabível para o resguardo da ordem pública, por ser necessário afastar imediatamente a paciente do convívio social, em razão da grande periculosidade demonstrada pelo cometimento de delito de extrema gravidade. O fato de o paciente, eventualmente, ser primário, ostentar bons antecedentes, ter endereço fixo e exercer atividade lícita não é, por si só, fundamento para a sua pronta colocação em liberdade, notadamente em se tratando do delito de associação para o tráfico de drogas, crime extremamente grave, que tem causado problemas de toda ordem na sociedade, exigindo-se severidade no seu tratamento. As demais questões suscitadas pela Defesa, relativas à prova, referem-se ao mérito da ação penal, exigindo a análise aprofundada dos autos, o que se revela inviável no âmbito do presente remédio constitucional, no qual não é permitida a dilação probatória. Por fim, registre-se que a hipótese não comporta a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, eis que a custódia do paciente se faz, plenamente necessária, sendo adequada à gravidade do crime e às circunstâncias dos fatos. ORDEM DENEGADA."

O recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 6/6/2019, em conjunto com outras 106 pessoas, sendo denunciado pela prática do delito tipificado no art. 35, c.c. o art. 40, III, IV e VI, ambos da Lei 11.343/2006.

Neste recurso argumenta-se, em suma, negativa de autoria e ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e, ainda, de contemporaneidade da medida extrema, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

Na origem, o Processo 0019536-32.2016.8.19.0066, oriundo da 2ª Vara

# Superior Tribunal de Justiça

Criminal de Barra Mansa/RJ, encontra-se na fase de apresentação de defesa prévia, estando os autos conclusos desde 2/10/2019, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 7/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

De início, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

No mais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Extrai-se do decreto preventivo (fls. 92-93 - com destaques):

[...] Salta aos olhos a necessidade da segregação cautelar dos denunciados, que se traduz, primeiramente, pela exigência de se impedir a continuidade do atuar delitivo, interrompendo a possibilidade de realização de outras transações envolvendo o comércio de entorpecentes e, bem assim, suas repercussões no tocante a eliminação de adversários e de policiais que investigam o grupo, atividades que, ao que parece, já perduram há vários anos e se mantêm contemporâneas, devendo ser ressaltado que conquanto alguns dos supostos componentes estejam acautelados em estabelecimento prisional deste Estado, há notícias nos autos de que mantêm logística destinada a atuação sem qualquer restrição no monitoramento e coordenação das atividades de componentes de escalão inferior.

Impende mencionar que a organização atua para cometimento de delito equiparado a hediondo, de forma que a desestruturação da engrenagem se traduz essencial para a manutenção da paz social, já tão abalada pelo aumento vertiginoso da violência que permeia o comércio de substâncias entorpecentes ilícitas e traz à sociedade em geral uma sensação de insegurança muito grande, diante dos diversos confrontos armados visando a manutenção da hegemonia do comércio ilícito de entorpecentes, causando verdadeiro terror aos cidadãos, traduzindo-se em nossa maior seqüela, circunstâncias que se agravariam com a permanência dos denunciados em liberdade, contribuindo sobremaneira para denegrir a imagem da Justiça.

Nessa esteira, **reitere-se que as investigações trouxeram elementos indicativos de que os denunciados estariam faccionados em organização que se autodenomina de Comando Vermelho, colhendo-se dados de que teriam sido planejadas e executadas verdadeiras execuções sumárias de**

**supostos adversários, com o escopo de manutenção da hegemonia do comércio ilícito nesta cidade.**

**Não obstante, há que se mencionar que vários dos denunciados ostentam anotações criminais, por suposto cometimento dos crimes de tráfico de entorpecentes, porte ilegal de arma de fogo e outros, elemento que revela reiteração na prática de delitos graves e alta periculosidade dos agentes, a tornar a segregação cautelar imperativa para preservação da ordem pública.**

Nessa conformidade, a segregação se mostra necessária, sob pena de se chancelar a permanência, no seio da sociedade, de indivíduos supostamente envolvidos em atividades de *escol* em organização criminosa que verdadeiramente atenta contra a paz e segurança públicas.

Por fim, tenho que o acautelamento provisório ainda ostenta o escopo de assegurar o cumprimento da lei penal, evitando que os denunciados fujam e frustrem o desenrolar do processo, colocando em xeque a credibilidade da Justiça.

Ressalto, também, que o acautelamento provisório de alguns dos denunciados, por ordens provenientes de outros autos, não esvazia os fundamentos expostos que autorizam a prisão preventiva, que evidencia a finalidade de evitar que sejam libertados face aos benefícios do processo executivo penal.

Dessa forma, torna-se patente que a custódia preventiva é absolutamente necessária para a garantia da ordem pública e para assegurar o cumprimento da lei penal, não vislumbrando, na hipótese vertente, pelos motivos já explicitados, a adequação de medida cautelar diversa, que não se mostra capaz de neutralizar a atuação dos denunciados, consoante noticiado.[...]

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser considerada idônea, com esteio na participação do paciente em complexa e conhecida facção criminosa em nosso país denominada de *Comando Vermelho*, ressaltando, ainda, que *vários dos denunciados ostentam anotações criminais, por suposto cometimento dos crimes de tráfico de entorpecentes, porte ilegal de arma de fogo e outros, elemento que revela reiteração na prática de delitos graves e alta periculosidade dos agentes, a tornar a segregação cautelar imperativa para preservação da ordem pública.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes, presença de diversas frentes de atuação e contatos no exterior. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz –

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014.

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Outrossim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Por fim, há divergência na Sexta Turma sobre a constatação da existência ou não de contemporaneidade dos fundamentos indicados para determinar a custódia cautelar, motivo pelo qual é inviável a concessão da liminar no presente caso, sendo que a análise da matéria deve ocorrer de forma mais apurada, por ocasião do julgamento meritório.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, acerca da atual situação prisional do recorrente e do andamento da respectiva ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator